

Direito Administrativo

GRUPO I | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

O Ministério Público foi instado a se manifestar sobre potenciais irregularidades existentes em consórcio público celebrado entre a União, o Estado do Espírito Santo e os Municípios de Apiacá/ES, Mimoso do Sul/ES e Bom Jesus do Itabapoana/RJ. Registre-se que o representante legal do referido consórcio é o Chefe do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo. Por fim, o *Parquet* constatou que há cláusula contratual que prevê contribuições financeiras e econômicas dos entes da Federação ao consórcio público.

Com base no cenário hipotético narrado, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz das disposições da Lei nº 11.107/2005.

- a) A constituição do consórcio público, englobando a União, o Estado do Espírito Santo e os Municípios de Apiacá/ES, Mimoso do Sul/ES e Bom Jesus do Itabapoana/RJ, está de acordo com a ordem jurídica?
- b) É válida a cláusula contratual que prevê contribuições financeiras e econômicas dos entes da Federação ao consórcio público?
- c) A quem compete à fiscalização contábil, operacional e patrimonial do referido consórcio público?

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

Diante de ato ilegal e lesivo ao patrimônio público editado pelo Chefe do Poder Executivo do Município *Alfa*, João, estudante de Direito, ingressou com ação popular em juízo, visando à anulação da referida medida.

Com base no cenário hipotético narrado, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz das disposições da Constituição Federal e da Lei nº 4.717/1965.

- a) Quem possui legitimidade ativa para ingressar, em juízo, com ação popular?
- b) Indique o papel do Ministério Público no âmbito da ação popular.
- c) Eventual sentença proferida pelo juízo, no sentido da procedência dos pedidos de João, estará sujeito ao reexame necessário?

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por intermédio de Promotoria com atribuição em tutela coletiva, estuda a possibilidade de ingressar, em juízo, com mandado de injunção coletivo, de forma a prestigiar, em observância às formalidades legais, a coletividade de pessoas substituída pelo impetrante.

Com base no cenário hipotético narrado, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz das disposições da Constituição Federal e da Lei nº 13.300/2016.

- a) Quais são os fundamentos constitucionais que justificam a impetração do mandado de injunção?
- b) Indique as hipóteses em que o Ministério Público faz jus à legitimidade ativa para ingressar, em juízo, com mandado de injunção coletivo.
- c) Quais requisitos devem ser preenchidos para que um impetrante individual se beneficie dos efeitos da coisa julgada advindos do mandado de injunção coletivo?

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

Caio, Promotor de Justiça do MPES, tomou conhecimento de que Tício, Juiz de Direito há 10 anos, teria recebido, em setembro de 2026, R\$ 100.000,00 em troca de decisão favorável em sede de plantão judicial. Em assim sendo, o Conselho Nacional de Justiça deflagrou processo administrativo disciplinar em detrimento do magistrado.

Com base no cenário hipotético narrado, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

- a) É juridicamente admissível a aplicação da aposentadoria compulsória, como espécie de sanção, em detrimento de Tício?
- b) Poderá o Conselho Nacional de Justiça, se entender cabível, demitir Tício por meio de decisão do seu Plenário?
- c) Qual é o procedimento adequado para que Tício perca o cargo público ocupado?